

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

GT 41: Reconhecimento, justiça e desigualdade

“Reconhecimento social: algumas percepções sobre as estratégias de busca por reconhecimento social de atores das camadas populares.”

Autora: Eliana Vicente

Universidade Federal de Juiz de Fora

I - Introdução

Quando se fala em desigualdade no Brasil, a primeira questão que se apresenta é a questão da desigualdade de distribuição de renda, fato inquestionável. Porém, ela não é a única forma de desigualdade e não existe por si só. Ela é consequência não apenas da forma como se dá a produção, como também do conjunto de ideias, ideais e padrões valorativos pelos quais as pessoas se guiam. E justamente por isso, ou seja, por entender que apenas uma distribuição menos desigual de renda não poderia dar conta de explicar as desigualdades sociais que existem no país, eu considerei ser importante compreender os aspectos simbólicos ligados às conquistas materiais recentes das classes populares¹ e a sua eficácia no que se refere à real diminuição da desigualdade em sua totalidade, ou seja, não só as conquistas ligadas à renda, mas também os aspectos culturais e simbólicos.

Para tanto, empreendi primeiramente uma etnografia em conjunto habitacional popular localizado na periferia da cidade do Rio de Janeiro no ano de 2011. Os dados obtidos a partir daí foram analisados, e os resultados foram apresentados ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense na dissertação intitulada: “Nova classe média? - uma abordagem antropológica sobre consumo, mobilidade e inclusão social” (VICENTE, 2012). Ciente de que os dados e os resultados alcançados na pesquisa de mestrado precisavam ser alargados e aprofundados, iniciei em 2016 uma outra pesquisa² para a qual realizei 15 entrevistas em profundidade³ com moradores de diversas partes da cidade do Rio de Janeiro, cujo

¹ A opção que faço pelo termo classes populares está próxima à ideia de Sader e Paoli (2004), no que se refere à pluralidade de contextos culturais, levando em consideração as práticas culturais vivas e significativas da população, nos quais estão inseridos os trabalhadores de baixa renda, formais e informais, os moradores das periferias, etc.

² Pesquisa de campo realizada como parte das atividades do curso de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, ainda em curso.

³ Foram realizadas quinze entrevistas em profundidade entre agosto e dezembro de 2016. Cada entrevista foi feita em três etapas distintas, e cada etapa das entrevistas durou em média 2 horas e 30 minutos. As entrevistas foram aplicadas seguindo um roteiro não diretivo o qual abordava, além da história de vida dos entrevistados, aspectos como formação educacional, religião, trabalho, consumo, lazer e valores morais. Dados da etnografia realizada em 2011 também estão sendo considerados na análise aqui desenvolvida.

rendimento nominal mensal domiciliar per capita estivesse entre R\$ 1.113,00 e R\$ 1.284,00⁴, entre outros critérios⁵.

Neste artigo pretendo apresentar alguns resultados preliminares desta pesquisa mais atual, articulando-os com as teorias que tentam explicar as dinâmicas e os processos envolvidos nas relações sociais desiguais no país.

Na pesquisa inicial pude constatar que bens e serviços, antes restritos às camadas médias e/ou às classes economicamente privilegiadas estavam sendo consumidos naquele momento, pelo segmento estudado, pelo menos em parte. Vale observar aqui que este fato contribuiu para alimentar o preconceito contra as classes populares, nas afirmações que negam a estes segmentos a capacidade de uma mentalidade racional e prospectiva. Tais críticas estão baseadas numa visão utilitarista do consumo, ou seja, o consumo de coisas consideradas “supérfluas” em detrimento de uma poupança a ser aplicada futuramente em coisas mais “úteis”, como a aquisição da casa própria, ou o investimento em ensino privado.

A partir de uma perspectiva que aborda o consumo de forma simbólica e relacional, eu pude inferir que boa parte do que estava sendo consumido por estas pessoas poderia estar relacionado ao desejo de pertencimento social, ao sentimento de fazer parte de uma sociedade orientada pelo consumo de mercadorias e serviços, onde o valor do indivíduo está marcadamente ligado tanto à sua capacidade produtiva quanto a sua capacidade de consumir e de fazer escolhas. Alguns dos indícios que me levaram a essa conclusão estavam ligados à valorização que os meus interlocutores demonstraram em relação ao trabalho honesto, às conquistas materiais que conseguiam através deste trabalho e ao desejo e à satisfação em poder exibir para os seus pares suas conquistas materiais. Mesmo considerando que esta não seja nem de longe a melhor forma de estar incluindo socialmente do ponto de vista de uma inclusão

⁴ O valor menor se refere ao rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente no Brasil, e o valor maior, da população residente na cidade do Rio de Janeiro, segundo divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgada em Abril de 2016. ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2015_20160420.pdf. Acesso: abril de 2017.

⁵ Os outros critérios utilizados na pesquisa são distribuição de sexo, idade e região geográfica.

igualitária efetiva e estrutural, os resultados da pesquisa demonstraram que era este o sentimento dos agentes envolvidos.

O que tentarei desenvolver neste trabalho não serão as práticas de consumo do segmento estudado – apesar de considerá-las profícuas do ponto de vista teórico no que tange ao entendimento da relação entre trabalho, consumo e estima social –, porque esta seria, de fato, uma discussão mais longa que não caberia no escopo deste artigo. O que abordarei aqui será a própria condição de trabalhador e seu significado na obtenção de autoestima e valorização social. Para tanto, apresento inicialmente o enquadramento teórico de acordo com o qual pretendo articular alguns dados de campo da pesquisa realizada no ano de 2016. Na sequência, eu apresento alguns dados procurando interpretá-los a partir dos pressupostos da sociologia reflexiva (BOURDIEU, 2015)⁶.

Moral valorativa e reconhecimento social na modernidade

Existe na sociedade contemporânea, concomitantemente à avaliação estética diferencial ou ao expressivismo que se reflete nas avaliações do gosto de classe (BOUDIEU, 2008)⁷, uma avaliação moral que subjaz todo e qualquer julgamento a respeito do grau de valorização de uma pessoa em sociedade, ou seja, um conjunto de ideias e pressupostos implícitos compartilhados socialmente a respeito do que é e do que não é ser uma pessoa de valor e que se generaliza para além das divisões de classe.

Segundo Taylor (2011), foi Descartes o grande formulador das ideias que deram origem a uma hierarquia valorativa implícita que sustenta de forma não transparente a eficácia institucional do mercado competitivo e do estado racional moderno. Com o advento da Reforma Protestante (WEBER, 2003),

⁶ Resumidamente, a sociologia reflexiva é aquela que rompe com o objetivismo, com as representações do senso comum, na qual dados e contextos devem ser considerados dentro da estrutural social. Para entender os princípios que geram as diversas práticas sociais, é necessário fazer um trabalho de interpretação dessas práticas, dos comportamentos e das opiniões, ou seja, o passado incorporado dos agentes sociais. Procedendo a uma interpretação que coloque em perspectiva as representações dos agentes em relação a outros aspectos da realidade que estão ausentes em seus discursos (BOURDIEU, 2015, p. 15).

⁷ Segundo Bourdieu (2008), o gosto não advém de propriedades inatas de nenhum indivíduo. Ele é socialmente construído a partir das condições de existência, por isso o autor fala do gosto de classe, as preferências estéticas em relação às artes, aos alimentares, à vestimenta, etc. O gosto de classe seria um marcador social, e a luta social seria pelo estabelecimento dos padrões avaliativos para o estabelecimento do gosto considerado legítimo.

havia um terreno fértil para que essas ideias fossem incorporadas e passassem a guiar a vida das pessoas, singularizando a cultura e a moral do Ocidente através de uma nova e revolucionária configuração valorativa, específica ao raciocínio ocidental.

Deste modo, a ética da honra da ordem tradicional foi progressivamente substituída pelo ideal cartesiano de controle racional. A forma valorizada de proceder passava agora a ser aquela do self pontual, racionalizado, metódico e disciplinado. Trata-se de um self desprendido, posto que funciona pontualmente guiado pela razão e não mais pela tradição. A forma hierárquica ditada pelo sagrado e pela grande corrente do ser foi substituída por uma nova hierarquia social potencialmente niveladora e igualitária. Não havia mais intermediários entre o homem e Deus, e o grande protagonista da sua própria vida passou ser um novo homem, o indivíduo, num diálogo interior direto com o Criador, buscando a eleição ou a salvação através do trabalho cotidiano, numa esfera familiar ascética. A família, o trabalho e o cotidiano disciplinado ocupavam agora o papel central na valorização da vida. Dali em diante, seria o desenvolvimento de capacidades como a calculabilidade, o raciocínio prospectivo, o autocontrole emocional e o trabalho produtivo a base valorativa da autoestima e do reconhecimento social. No entanto, estas pré-condições sociais ou esta forma específica de ser e agir no mundo foi se naturalizando progressivamente no decorrer dos séculos, deixando de ser articulada reflexivamente pelos atores sociais. Ela permanece como um pano de fundo irrefletido e implícito guiando as ações de forma a aparecer como uma condição imanente.

Outro aspecto importante do racionalismo moderno é que, apesar de apresentar um potencial de equalização social, ele oculta uma dimensão hierarquizante que se efetua através de distinções sociais que se processam a partir de signos sociais opacos e pré-reflexivos. Será através de uma ideologia baseada no desempenho que, segundo Souza (2006, p. 23), um princípio universal de legitimação da desigualdade social se realizará por trás da noção de dignidade. Tal princípio está além da mera posse da propriedade econômica privada e será sustentado pela ideia central da meritocracia, alicerçada na tríade formada pela qualificação, posição e salário. Também, é a partir deste

princípio que a dignidade, a autoestima e o reconhecimento social serão processados. E é justamente a qualificação, por estar ligada ao conhecimento formal racional, que determinará os outros dois aspectos da tríade. Resumindo, na dimensão moral e jurídica, é o trabalho útil e disciplinado que servirá de base objetiva do valor relativo de cada um.

A partir de ideia semelhante, Sennett (2004, p. 81) afirma que há três maneiras pelas quais as pessoas podem formar seu caráter ou sua subjetividade na modernidade: através do autodesenvolvimento de capacidades e habilidades, da capacidade de cuidar de si mesmo (autonomia) e da capacidade de retribuir aos outros. A primeira, o autodesenvolvimento de capacidades e habilidades, estaria ligada à racionalidade da nossa sociedade, como já foi visto, e à valorização da eficiência no uso dos recursos que condena qualquer tipo de desperdício, numa perspectiva utilitarista. Deste modo, desenvolver habilidades que sejam produtivas à reprodução do sistema gera estima social e quanto mais valorizada socialmente a atividade exercida por uma pessoa mais respeito e valor social ela receberá. Ou seja, é a ideia de um Eu autônomo, o único responsável pelos sucessos e fracassos pessoais, que não leva em conta as desigualdades estruturais, sejam elas materiais ou simbólicas, um self que se realiza, conforme observado por Taylor (2011) e Souza (2006), num dos pilares do pensamento liberal, a já mencionada meritocracia. O cuidar de si mesmo, a segunda forma apresentada por Sennett (2004), já esteve ligada na antiguidade ao controle dos impulsos naturais e passou na modernidade a significar, com Maquiavel, um sentido de autoconservação ou de proteção de si mesmo contra os outros. Hoje, para nós, cuidar de si mesmo assume o significado de autonomia. Já seu contrário, a dependência, é identificada como parasitismo, representando não apenas um fardo aos demais, como também um desperdício da própria potencialidade humana não desenvolvida. A terceira forma, a capacidade de retribuir aos outros, segundo Sennett, “é talvez a fonte de estima mais universal, intemporal e profunda⁸ para o caráter de alguém” (2004, p. 82), porque a retribuição

⁸ Os atos de dar e retribuir (dádiva e contradádiva) e seu caráter fundamental, universal e atemporal na construção dos laços sociais foi estudada por Marcel Mauss em sua obra clássica, *Ensaio sobre a dádiva* (2003), na qual o autor enfatiza que os atos de dar e retribuir geram vínculos sociais e contribuem para a obtenção e manutenção da honra social.

contribui para a manutenção e desenvolvimento da própria sociedade como um todo.

A desigualdade de condições do desenvolvimento destas três formas de constituição de caráter, acima expostas, gera distorções que por sua vez contribuem para a formação de estigmas sociais que obscurecem a realidade social.

A teoria da luta por reconhecimento social que Honneth (2003) procurou desenvolver também se liga à formação da personalidade e ao reconhecimento intersubjetivo na modernidade. Seguindo os pressupostos da sociologia crítica, Honneth percebe que a sociedade contemporânea apresenta um caráter patológico como consequência da racionalidade deficitária que a orienta em relação à concepção de boa vida e das condições de sua plena realização. Esse déficit da racionalidade seria produzido pela organização social característica do capitalismo moderno. A partir do modelo teórico de reconhecimento do jovem Hegel da fase de Jena, Honneth tenta obter as bases para uma teoria da sociedade com conteúdo normativo.

O desenvolvimento das ideias de Honneth se concentra nas três diferentes formas de interação social que são apresentadas por Hegel como formas de reconhecimento intersubjetivo. E que tem como base e premissa fundamental a constituição do Eu (a subjetividade ou a identidade pessoal) através do reconhecimento recíproco. É a ideia de que a formação do Eu se dá através do reconhecimento intersubjetivo entre parceiros de interação, que se realiza correlativamente na esfera amorosa com a autoconfiança, na esfera do direito com a autonomia, a autoresponsabilidade e o autorrespeito, e na esfera que Honneth designa como solidariedade (ou eticidade) a realização se dá correlativamente com a autoestima e o reconhecimento social.

Entretanto, Honneth percebe que Hegel permanece ligado à tradição metafísica, visto que:

“não considera a relação intersubjetiva como um curso empírico no interior do mundo social, estilizando-a num processo de formação entre inteligências singulares” (HONNETH, 2003, p. 120).

Para suprir essa lacuna, Honneth lançará mão da teoria da formação do Eu prático desenvolvida pelo sociólogo social Herbert Mead, reconstruindo a

tese da formação do Eu autônomo com base numa psicologia social empiricamente sustentada. Deste modo, os pressupostos do reconhecimento recíproco (amor, direito e solidariedade) podem não apenas ser examinados, como se necessário, corrigidos à luz de um quadro de referência que abarque a pluralidade dos projetos e diversidades das sociedades modernas. Honneth sustenta que só nos percebemos como sujeitos dotados de direitos a partir do momento em que passamos do conhecimento cognitivo para o prático:

“[...] um sujeito só pode adquirir uma consciência de si mesmo na medida em que ele aprende a perceber a sua própria ação da perspectiva, simbolicamente representada, de uma segunda pessoa” (HONNETH, 2003, p. 131).

Isso significa que o conhecimento prático de si implica também o reconhecimento do outro e conseqüentemente das possibilidades e das limitações de agir no mundo em referência aos outros parceiros de interação. É, segundo Honneth, na interação prática entre as subjetividades que se constrói o reconhecimento do próprio direito e o respeito ao direito do outro.

Quando este processo não se desenvolve de maneira equilibrada e o reconhecimento em relação ao outro é recusado, podem ocorrer, segundo Honneth, três formas de desrespeito. A primeira delas seria conseqüência de maus tratos e violência física, que levaria à perda da confiança em si e no mundo. A segunda forma de desrespeito estaria ligada à exclusão e à privação de determinados direitos no interior da sociedade afetando o autorespeito moral. A terceira forma de desrespeito é a perda da dignidade ou status social, que ocorre quando a forma de contribuir para a sociedade não pode ser realizada (por exemplo, desemprego) ou quando a contribuição que se dá não é socialmente valorizada.

Conforme eu observei anteriormente, é justamente na passagem da sociedade tradicional para a sociedade burguesa que ocorre a universalização do direito e que também ocorre a substituição do conceito de honra pelo conceito de dignidade. Neste mesmo sentido, Honneth observa a separação no curso histórico entre reconhecimento jurídico e estima social. Segundo ele, no âmbito do reconhecimento associado ao direito e à moral universalista modernos, seria mais fácil o reconhecimento jurídico (pelo menos nas sociedades avançadas). A dignidade, no entanto, é adquirida pelo valor social

que cada um recebe pela sua contribuição (ou desempenho) individual à sociedade como um todo. É justamente a divisão social do trabalho que permite a distinção entre os indivíduos e que tem a capacidade de fornecer-lhes a consciência de sua especificidade, já que a medida do valor é construída intersubjetivamente de acordo com critérios de relevância socialmente compartilhados. Seria exatamente o reconhecimento das particularidades do sujeito, que não passa pela universalização dos direitos, mas que diz respeito ao reconhecimento da utilidade de suas particularidades pelos outros parceiros de interação, que resultaria para o indivíduo os sentimentos de autoestima e reconhecimento social.

É importante destacar aqui outra dimensão das formulações que Honneth (2003) faz em sua teoria da luta por reconhecimento. Segundo o autor, as formas de desrespeito que levam à violação, privação de direitos e degradação, ofensa e rebaixamento social geram sensações de injustiça que, quando partilhadas coletivamente, impulsionam à resistência e ao conflito, pelo menos em grande parte dos conflitos sociais: “a experiência de desrespeito é a fonte emotiva e cognitiva de resistência social e de levantes coletivos” (HONNETH, 2003, p. 227).

Mas o autor também observa que o progresso ou o desenvolvimento moral a partir da luta social por reconhecimento ocorrem somente na medida em que as experiências particulares de desrespeito são vivenciadas e percebidas reflexivamente por todo um grupo, de modo que podem entrar como motivos justos da ação na exigência coletiva de relações ampliadas de reconhecimento, sobretudo nas formas de reconhecimento associadas ao direito e à valorização social. É neste sentido que Honneth considera a luta por reconhecimento como uma força no interior da vida social, promovendo o desenvolvimento moral da sociedade.

Trabalho, autoestima e reconhecimento social

Nas entrevistas e observações de campo que realizei, é perceptível a centralidade do trabalho na vida das pessoas. Frases ditas do tipo: “o trabalho é tudo”; “o trabalho traz dignidade para um homem”; “sem trabalho a gente não faz nada”; “quando fiquei desempregado sentia vergonha que os outros me vissem em casa”, e outras similares, quando os entrevistados eram indagados

a respeito do significado do trabalho, são indícios explícitos e refletidos sobre a valorização do trabalho em suas vidas.

Outro dado importante se refere à ideia predominante de que o esforço pessoal leva a conquistas, independente das condições estruturais em que os sujeitos estão inseridos. Ou seja, o ponto de partida e as condições estruturais que determinam as condições da plena realização pessoal não são percebidos de forma clara pelos atores. A ideia de que qualquer um consegue o que quer, não importando a sua classe social de origem, é generalizada. O que é compreendido é que, para se alcançar o sucesso, o caminho será mais árduo, mas acredita-se que as possibilidades são as mesmas pra qualquer um, seja um filho da classe média, seja um filho das classes populares.

Um exemplo da incompreensão sobre as impossibilidades estruturais é a aversão aos programas de cotas étnico-raciais nas universidades públicas. O fato de ser colocado em situação diferenciada em relação aos demais candidatos é percebido como se os beneficiários das cotas fossem julgados intelectualmente menos capazes. O programa de cotas não é entendido como um tipo de reparação sobre a desigualdade estrutural, consequência do fenômeno da escravidão e da forma como se deu a sua abolição no Brasil. A explicação que encontro para isso é que a ideologia do mérito está internalizada de tal maneira que qualquer tipo de “vantagem” oferecida é percebida como uma trapaça nas regras já definidas do jogo, regras naturalizadas, e, deste modo, as cotas são consideradas uma “transgressão” que chega a causar ofensa.

Mais ou menos na mesma dinâmica se dá o preconceito em relação ao programa Bolsa Família. Há sempre uma história a ser contada de mulheres que recebem o benefício do programa e vão para o bar tomar cerveja, ou gastam o dinheiro de uma forma não considerada “apropriada”, etc. Muitas das histórias na realidade são de alguém que ouviu dizer, ou mesmo uma avaliação que a pessoa faz de outra que é beneficiária do programa e que aos seus olhos não mereceria estar recebendo o benefício. Existe a percepção de que a beneficiária fica acomodada e não corre atrás para melhorar a sua vida, ou que se trata de uma mulher jovem com força suficiente para trabalhar, assim como outras ideias semelhantes que desqualificam de algum modo as participantes

do programa. Entre os entrevistados, há aqueles que acham que o programa é necessário, mas mesmo estes têm suas críticas, sustentadas pela ideia de que o programa “dá o peixe em vez de ensinar a pescar”. Muitas vezes ignoram que o valor do benefício é muito pequeno até para suprir a alimentação básica diária.

O fato é que de um modo geral as pessoas entrevistadas acreditam que o benefício só deveria ser concedido para aquelas mulheres que vivem em situação de absoluta miséria e/ou sem condições de ganhar o próprio sustento, e estas seriam as mulheres que vivem no nordeste do Brasil onde as condições climáticas não permitem o trabalho na lavoura e não há disponibilidade suficiente de empregos. Ou, ainda, o benefício caberia somente quando a pessoa é idosa (por exemplo, as avós) e responsável pelo cuidado de crianças.

O que fica claro é que o dinheiro não pode ser simplesmente dado, ele tem que ser conseguido através do esforço pessoal ou do trabalho produtivo. De modo contrário, a pessoa que recebe o benefício pode ser identificada como desajustada, como, por exemplo, aquela que vai para o bar ao invés de usar o benefício com os filhos. Ou aquela (preguiçosa) que fica acomodada em casa ao invés de correr atrás e progredir na vida. Algo semelhante foi observado por Rego e Pinzani (2013) em entrevistas realizadas com beneficiárias do programa Bolsa Família do nordeste do país, nas confissões das próprias beneficiárias. As autoras contam que, quando questionadas sobre se gastavam o dinheiro do benefício com algo não relacionado à alimentação ou material escolar, as mulheres respondiam em tom quase confessional sobre outros tipos de compras e demonstravam um visível sentimento de culpa quando diziam ter comprado para si um batom ou um creme para o cabelo (REGO & PINZANI, 2013, p. 198). As autoras interpretam este sentimento como ligado a uma espécie de moralidade em relação às despesas domésticas, o que a socióloga americana Viviana Zelizer (2011) chama de *morality of spending*, abarcando a ideia de que alguns tipos de gastos são mais legítimos que outros, o que remete à condenação utilitarista de desprezo ao desperdício. Utilitarismo, diga-se de passagem, que não considera as “necessidades” subjetivas e simbólicas dos atores sociais. Eu arriscaria dizer que, para além da moralidade com o gasto, estaria a moralidade relativa à

qualidade do dinheiro. O dinheiro recebido como benefício social seria considerado inarticuladamente, do ponto de vista moral, de uma espécie diferente daquele recebido como fruto do esforço próprio, ou seja, através do trabalho.

Uma análise preliminar dos dados também me leva à seguinte observação: a dignidade e a independência (ainda que precária) que o trabalho traz são importantes, mesmo que a ocupação não seja socialmente valorizada como o são as ocupações de meus interlocutores: segurança, carregador de carga, diarista, técnico de manutenção, auxiliar de enfermagem, atendente de telemarketing, auxiliar administrativo, copeira, etc. O que não significa que essas pessoas não desejem uma colocação melhor, no que tange aos salários e ao esforço físico despendido. Contudo, para além das afirmações explícitas sobre a centralidade do trabalho em suas vidas, existe para estas pessoas uma questão não explicitamente articulada que se refere à necessidade de se distanciar da identificação com o bandido ou marginal⁹.

“Aí quando vem a polícia no morro... Tremenda segunda-feira e você dentro de casa?! Pô, vai caçar alguma coisa. Vai fazer alguma coisa em vez de ficar em casa. Vamos botar assim, antes que aconteça, eu já corria atrás. Eles (policiais) podem desconfiar de alguma coisa, lógico. Eles estão fazendo o trabalho deles, entendeu? Eu não vou tirar a razão deles. Eu já sou um homem, vou ficar dentro de casa, tremenda segunda-feira!?” (Homem, negro, 31 anos, ensino médio completo, morador na Comunidade da Mangueira, carregador de caminhão.)

Zaluar (2000, p. 88) já havia observado que a identidade do trabalhador (a) se coloca em oposição à do bandido ou vagabundo. Já quando a palavra é autoreferida, seja pelo homem ou pela mulher, é sempre com algum orgulho, e, se a referência é a outra pessoa, é sempre com respeito. É neste sentido que a identidade de trabalhador é tão importante, como demonstra a fala do meu interlocutor acima. Mas é possível notar, que para além da distinção simbólica, existe num nível prático a necessidade de ser identificado como um trabalhador

⁹ Algumas entrevistas tiveram que ser adiadas por causa de tiroteios na comunidade onde residiam alguns dos entrevistados. Em uma das comunidades, no ponto de embarque e desembarque do transporte alternativo, havia minifeira, com tabuleiros repletos de variados tipos de drogas, sendo vendidas e usadas por jovens fortemente armados com metralhadores, a céu aberto e à luz do dia.

para não sofrer as consequências do julgamento policial ou mesmo social. Este mesmo entrevistado declarou que, ao fazer o percurso até o trabalho de bicicleta, leva o crachá da sua empresa no pescoço, para não ser confundido com algum bandido que tenha por acaso cometido algum delito, justamente no período em que ele está passando pelo caminho. Assim ele evita que a suspeição recaia sobre ele, ou se for acusado de algo, tenha como provar que é trabalhador e que está a caminho do serviço. Ou ainda, quando senta ao lado de alguém no transporte coletivo e sente que a pessoa fica apreensiva com a sua presença, ele prefere levantar para não criar nenhuma situação complicada de ser elucidada. Ou seja, ele se antecipa a qualquer possibilidade de acusação e condenação por algo que não faria, porque sabe que, por ser negro e pobre, a previsibilidade disso acontecer é relevante.

Além da estigmatização que sofrem as áreas periféricas e as favelas das grandes cidades brasileiras cotidianamente no discurso sobre violência urbana da grande mídia, existe de fato uma proximidade involuntária dessas pessoas com situações marginais, conforme demonstro na tabela 1, na página seguinte. Levando em consideração que as quinze entrevistas foram realizadas em quinze locais diferentes da cidade do Rio de Janeiro e que as pessoas entrevistadas não se conheciam ou não tinham nenhuma relação entre si, é bem provável que a relação de proximidade com situações marginais seja generalizada e não contingente. Mas é importante observar também que, apesar desta situação perversa, todos os participantes da pesquisa eram trabalhadores e também a maioria ou todos os seus familiares. E que todos desde a adolescência trabalharam em ocupações de todo tipo consideradas honestas, conforme Tabela 2 sobre as atividades atuais dos entrevistados. Isso mais uma vez sugere que a ética ligada ao trabalho está muito presente. O problema é como seguir esta ética quando as condições dadas são tão díspares. E é justamente por causa destas, entre outras condições, que se torna tão difícil ter uma profissão socialmente valorizada.

Em relação ao habitus dos entrevistados no que se refere à aquisição do capital cultural, quando indagados sobre o grau de escolaridade, a resposta mais comum é “eu terminei os estudos”. Terminar os estudos significa concluir o ensino médio, na maioria dos casos com algum atraso em termos de anos.

Tabela 1 – Proximidade com situação marginal

ENTREVISTAS															
SITUAÇÃO	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
Pais assaltantes/traficantes								X	X						
Pais assassinados								X	X						
Marido assassinado pela polícia									X						
Pai ex-policia / envolvimento milícia	X														
Proximidade tráfico / Tiroteios frequentes		X				X							X		
Filho cumprindo pena criminal										X					
Irmão assaltante				X											
Comunidade dominada por milicianos/tráfico		X	X		X	X		X				X	X		X
Filho envolvido com tráfico				X											
Ex-marido policial civil envolvido c/sequestros										X					
Amigos e conhecidos na marginalidade	X				X		X				X	X		X	X

Tabela 2 – Posição Ocupacional dos entrevistados

Posições Ocupacionais			
Técnico elevador	1	Auxiliar creche	1
Auxiliar administrativo	1	Agente comunitária saúde	1
Copeira	2	Auxiliar serviços gerais	2
Diarista	1	Teleatendente	1
Auxiliar enfermagem	1	Carregador caminhão	1
Estoquista / Repositor	2	Auxiliar de Farmácia	1

Já o desejo de fazer um curso superior é algo muito distante e só veio à tona quando este assunto foi estimulado por mim. Isso se explica em parte porque a maioria dos entrevistados começou a trabalhar ainda na adolescência, fosse para ajudar nas despesas da casa, fosse para se vestir melhor, fosse assolado pela ideia de ser um peso para os pais, ou, ainda, no caso das mulheres, quando a gravidez foi precoce.

Acrescida às necessidades econômicas imediatas, existe também a falta da formação de um habitus típico ideal (em sentido weberiano), que venha possivelmente a se traduzir na expectativa da realização de um curso universitário como parte da formação profissional do indivíduo. O habitus, que é inconsciente ao nível da prática social, é antes de tudo incorporado, aprendido e representado no nível corporal. Ele é a nossa segunda pele construída socialmente e sentida pelos agentes como algo natural, algo como um dom. O habitus é tanto objetivo como subjetivo, é o ponto de encontro dos dois âmbitos, porque incorpora experiências individuais e coletivas de classe e de estrutura de classe. O conceito de habitus de Bourdieu é importante aqui para entender que tipo de habitus - disposições ou aptidões – melhor se encaixa na ordem racional competitiva e, assim, não largar em desvantagem no que se refere à conquista do mérito profissional.

Como foi dito acima, a respeito da ideologia do desempenho ligada à tríade meritocrática (qualificação, posição e salário), o capital cultural na ordem racional moderna é tão importante quanto o capital econômico, pois são estes dois tipos de capitais que estruturam a sociedade contemporânea. Pressupõe, então, que um habitus cultivado desde a infância, primeiramente através da socialização familiar e depois escolar, influencia na aquisição do capital cultural legítimo – aquele tipo de capital cultural valorizado na ordem racional capitalista – e será o mais adequado ao desempenho, ao sucesso profissional e, conseqüentemente, à obtenção da dignidade e estima social.

Ainda segundo Bourdieu (2005), a socialização familiar é responsável por um habitus que muito provavelmente leva à valorização da atividade intelectual. Trata-se justamente do que Bourdieu chama de reprodução de um habitus de classe. No caso dos entrevistados, pais e avós eram ou são trabalhadores braçais, parte deles analfabetos ou no máximo com formação no

ensino médio (mais raramente). Em relação ao hábito de leitura, alguns entrevistados nunca sequer chegaram a ler um único livro, e, de um modo geral, o hábito da leitura é quase inexistente. Quando ocorre, trata-se da leitura da bíblia ou publicações espíritas. O mesmo ocorre com práticas culturais consideradas legítimas como teatro, museu, exposições, bibliotecas, etc.

No entanto, os entrevistados acreditam que é importante estudar e que a posse de um diploma universitário provavelmente traz mais oportunidades e posições melhores, não apenas em termos salariais, mas em ocupações que não exijam esforço braçal e conseqüente desgaste físico. De oito famílias entrevistadas com filhos na idade escolar, quatro delas investem a exígua renda familiar no pagamento de mensalidades em escolas particulares com valores proporcionalmente altos em relação à renda, a fim de vislumbrar um futuro melhor para os filhos.

Por outro lado, quando indagados sobre razão de não terem feito um curso superior, nenhum deles atribuiu este fato, pelo menos espontaneamente, à falta de estímulo por parte dos pais ou às condições econômicas. A justificativa recaiu quase sempre na autodepreciação e os motivos auto-atribuídos são muito semelhantes: “não gosto de estudar”, “não tenho paciência para ler”, “quando era mais jovem, eu só queria saber de farrá”, “eu não tinha muita cabeça, daí engravidei muito nova”, etc.

O investimento que algumas das famílias fazem na educação particular dos filhos¹⁰ demonstra a compreensão de que a formação educacional é considerada importante na disputa meritocrática. Por outro lado, a recusa ao sistema de cotas étnico-raciais, a crença de que qualquer um, independente das condições de classe, pode fazer o que quiser, só dependendo do esforço individual, e a autorresponsabilidade por não ter feito um curso superior demonstram baixa ou nenhuma reflexividade no sentido de se perceber injustiçado social e economicamente.

¹⁰ É interessante observar que aqueles que possuem filhos estudando no ensino público demonstraram o desejo de que os filhos pudessem estudar em escolas particulares. A insatisfação com ensino público é generalizada, sendo que, entre as causas da insatisfação, está a baixa qualidade do ensino e os longos períodos de greve dos professores, que, segundo os pais, leva os alunos a perderem a motivação pelos estudos.

Considerações finais

É possível afirmar que os atores das camadas sociais têm internalizado a ordem competitiva moderna baseada na meritocracia. Eles investem da melhor forma que conseguem para competir nesta ordem, como comprova o investimento em educação particular para os seus filhos. Porém, o ponto de partida nesta competição é muito prejudicado por um habitus de classe que está muito distante daquele que é exigido, no que se refere à obtenção do capital cultural. Isso poderia ser reparado com os programas de cotas, que, por sua vez, não são vistos com bons olhos por estes atores, justamente pelo fato de subverter de algum modo a lógica competitiva meritocrática.

A ideologia do mérito é tão presente e seu peso é tão significativo que os atores não se dão conta de forma clara das condições estruturais nas quais estão inseridos, minimizando estas condições, o que fica bastante claro na ideia generalizada de que, com esforço próprio, tudo é possível. Isso também acontece quando interpretam as diferenças econômico-sociais como simples obstáculos que levam mais tempo para serem transpostos, como é o caso da realização de um curso superior.

Já a valorização relativa ao trabalho é extremamente importante, não apenas porque ela está na base da aquisição da autoestima e da valorização social na ordem competitiva moderna, mas porque, no caso dos atores aqui estudados, o trabalho, no que diz respeito à dimensão simbólica, representa também a desvinculação com a situação de marginalidade. Isso significa que o desemprego ou a inatividade por qualquer motivo representa uma desvalorização a mais no status, além daquela relativa ao papel de provedor do lar.

Vale ressaltar aqui que, nas famílias por mim estudadas, não há a presença de qualquer forma associativa voltada para o interesse público comum. Soma-se a isso o fato de que a culpa pelo fracasso recai sobre si mesmo e que quase não há crítica reflexiva a respeito das condições sociais capaz de despertar sentimentos compartilhados de injustiça. Com todos esses aspectos, fica muito difícil imaginar uma transformação estrutural mais efetiva, com reivindicações que partam dos próprios atores sociais, conforme Honneth (2003) sugere como forma de uma luta por reconhecimento. Desta forma, o

que fica mais visível é que a reprodução das desigualdades estruturais em nossa sociedade está longe de ser corrigida através da reivindicação destes próprios atores sociais.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Edições 70, 2015.

_____. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 2005.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: 34, 2003.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. IN: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

REGO, Walquiria; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora Unespe, 2013.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre classes populares no pensamento social brasileiro. In: CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 39-67.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SENNETT, Richard. *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade. In: SOUZA, Jessé (org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

TAYLOR, Charles. *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. São Paulo. Loyola, 2011.

VICENTE, Eliana. 'Nova classe média'? Uma abordagem antropológica sobre consumo, mobilidade e inclusão social. Dissertação (Mestrado em

Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFF, Niterói 2012.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ZELIZER, V. *Economic Lives: how culture shapes the economy*. New Jersey: Princeton University Press, 2011.